

**Jornalismo, Marxismo e Economia Política da
Comunicação: um Levantamento em Periódicos
Brasileiros de Comunicação e Informação de 2006 a
2020**

**Periodismo, Marxismo y Economía Política de la
Comunicación: un Levantamiento en Publicaciones
Periódicas Brasileñas de Comunicación e Información de
2006 a 2020**

**Journalism, Marxism and Political Economy of
Communication: a Survey in Communication and
Information Brazilian Scientific Magazines from 2006 to
2020**

Carlos Peres de Figueiredo Sobrinho

Professor substituto na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Secretário geral da Ulepicc-Brasil (capítulo Brasil da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura). Doutor em Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do grupo de pesquisa OBSCOM/CEPOS (UFS).

Contato: carlospfs@gmail.com

**Submetido em: 31 de maio de 2020
Aprovado em: 07 de agosto de 2020**



Resumo

O texto apresenta um levantamento de artigos envolvendo pesquisas sobre jornalismo e suas interseções com o marxismo e a Economia Política da Comunicação (EPC) entre os anos de 2006 e 2020. Fazemos um balanço dos principais temas e preocupações que motivam os pesquisadores que usam o marxismo e a EPC para entender o jornalismo. O objetivo é compreender a evolução desse tipo de pesquisa em periódicos brasileiros de Comunicação e Informação durante o presente século. Para atingirmos tal objetivo realizamos uma análise de conteúdo em um corpus de 38 artigos a partir da busca em base de dados de periódicos.

Palavras-chave: Jornalismo, Marxismo, Economia Política da Comunicação, Levantamento, Análise de Conteúdo

Resumen

Este texto presenta un levantamiento de artículos que involucran investigación sobre periodismo y sus intersecciones con el marxismo y la economía política de la comunicación (EPC) entre los años 2006 y 2020. Presento un balance de los principales temas y preocupaciones que motivan a los investigadores que usan el marxismo y el EPC para comprender el periodismo. El objetivo es comprender la evolución de este tipo de investigación en las revistas brasileñas de Comunicación e Información durante el presente siglo. Para lograr este objetivo, realizamos un análisis de contenido en una muestra de 38 artículos basado en la búsqueda en bases de datos científicas.

Palabras-clave: Periodismo, Marxismo, Economía Política de la Comunicación, Levantamiento, Análisis de Contenido

Abstract

This paper presents a survey of articles involving research on journalism and its intersections with Marxism and the Political Economy of Communication (PEC) from 2006 to 2020. I review the main themes and concerns that motivate researchers who use Marxism and PEC to understand journalism. My goal is to understand the evolution of this kind of research in Brazilian Communication and Information journals during the present century. To achieve this goal, we performed a content analysis on a sample of 38 papers based on a search in scientific databases.


Keywords: Journalism, Marxism, Political Economy of Communication, Survey, Content Analysis

1. Introdução

O jornalismo e suas práticas enquanto objeto, desde as primeiras pesquisas, são analisados a partir de diferentes marcos teóricos. Löffelholz e Rothenberger (2011, p. 10-11), ao pesquisarem em escala global as origens teórico-metodológicas dos estudos de jornalismo, encontram a presença de sete vertentes: individualismo normativo originário da filosofia e da história, teorias materialistas derivadas da economia política, empiricismo analítico, teorias de ação, teorias de sistemas e teorias social-integrativas, e estudos culturais. O levantamento proposto por Löffelholz e Rothenberger mostra a presença do que chamam de “teoria materialista da mídia” originadas da Economia Política, entre as décadas de 1940 e 1980 nas pesquisas sobre jornalismo. Ou seja, houve um hiato global da presença da Economia Política nas pesquisas sobre jornalismo até 2010 segundo o levantamento dos autores. Já Hardy (2019), no verbete “*Political Economy of News*” escrito para a “*The International Encyclopedia of Journalism Studies*” aponta para uma diversidade de perspectivas teóricas que reivindicam o rótulo de Economia Política da Comunicação (EPC) e têm como objeto o jornalismo. Em seu verbete para a Enciclopédia de Estudos em Jornalismo, Hardy cita vários trabalhos escritos na década de 2010 que pesquisam o jornalismo a partir da EPC.

No Brasil, os estudos acadêmicos sobre jornalismo têm como precursor Beltrão (1992) com a obra *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, publicada em 1959, que é considerado o primeiro livro brasileiro de teoria do jornalismo. De acordo com Figueiredo e Bolaño (2018), a partir da década de 1970, há o início de uma consolidação teórica dos estudos de jornalismo no Brasil, processo que continua na década de 1980, incluindo obras como as de Genro (1987) e Marcondes Filho (1989) que reivindicam o marco teórico-metodológico do materialismo histórico. Entretanto, as teorias norte-americanas sobre a produção da notícia (*newsmaking*) na década de 1990 se tornam hegemônicas nos estudos de jornalismo brasileiro, em grande parte pela sua capacidade de detalhar como as rotinas produtivas dos jornalistas acabam por moldar o conteúdo das notícias. Assim como no resto do mundo, o marxismo volta a ser relevante nas pesquisas sobre jornalismo a partir do século XXI tendo como marco, no Brasil, a obra de Fonseca (2008), baseada na sua tese de doutorado defendida em 2005 e lastreada teoricamente na EPC.

O objetivo inicial deste artigo era fazer um mapeamento dos artigos publicados em periódicos brasileiros da área de Comunicação e Informação nas duas primeiras décadas do século XX que analisam o jornalismo e suas práticas a partir do marco teórico-metodológico do marxismo, reivindicando ou não a EPC. Para tal foi realizada uma coleta de artigos em bases de dados de periódicos que geraram um *corpus* de 38 artigos. O espaço temporal escolhido para a coleta do *corpus* engloba os anos de 2001 a 2020, mas

- 
1. <https://www.periodicos.capes.gov.br/>
 2. <https://www.redalyc.org/>
 3. <https://www.scielo.br/>

como o primeiro artigo a se encaixar nosso pré-requisitos foi encontrado em 2006, tomamos esse ano como primeiro do nosso intervalo de tempo estudado. Não entraram na amostra traduções de artigos publicados em revistas estrangeiras ou republicações de textos de outras décadas ainda que publicados originalmente em revistas ou periódicos nacionais, sejam científicos ou não.

Essas escolhas foram feitas em função de buscarmos um mapeamento da produção do jornalismo a partir do marxismo e/ou da Economia Política feita no século XXI. Para orientar o mapeamento, utilizamos a técnica de coleta e análise de dados chamada análise de conteúdo, que é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

Usamos periódicos da área de Comunicação e Informação, e não anais de congressos, para constituir o *corpus* pelo fato de que ao coletarmos dados em periódicos da área teríamos um retrato mais acurado da importância da EPC e do marxismo para os estudos sobre jornalismo em publicações dentro do campo da Comunicação e não restringir nossa análise a congressos ou Grupos de Trabalho temáticos. Além disso, segundo as peculiaridades do trabalho acadêmico, textos publicados em periódicos geralmente apresentam um estágio mais acabado do trabalho de pesquisa.

Para construir o mapeamento que nos propomos a realizar, fizemos uma busca inicial, durante a pré-análise, em três bases de dados: Portal de Periódicos Capes¹, *Red de Revistas Científicas*² (Redalyc) e *The Scientific Electronic Library Online*³ (SciELO). Foram realizados quatro tipos de buscas usando os termos: (1) "Economia Política da Comunicação" e "Jornalismo", (2) "Marxismo" e "Jornalismo", (3) "Economia Política" e "Jornalismo" e (4) "Jornalismo" e "Trabalho". A escolha dos termos procurou esgotar todas as possibilidades de encontrarmos artigos que analisam o jornalismo a partir do marxismo na formação do corpus. Além dos termos "Economia Política da Comunicação" e "Economia Política", utilizamos os termos "marxismo" e "trabalho" porque muitos desses trabalhos utilizam o marxismo e/ou a EPC como marco teórico, ainda que não reivindiquem algumas dessas afiliações explicitamente, enquanto o termo "trabalho" é utilizado por ser uma categoria ontológica na tradição marxista. Nossa análise de conteúdo consiste em análise teórico-metodológica dos textos em que há autorreconhecimento de filiação teórica à EPC, periódicos onde os trabalhos foram publicados e sua distribuição no decorrer dos anos e uma análise temática de todo os artigos do corpus para conhecer os problemas e motivações dos trabalhos.

2. Qual Economia Política?

Nosso *corpus* apresenta uma amplitude de abordagens dentro do marxismo, sendo que em vinte artigos (52,63%), entre os trinta e oito coletados, há autorreconhecimento de filiação à EPC, à Crítica da Economia Política ou à Economia Política. Dessa forma, analisaremos em que bases se dão a filiação dessa proposta teórico-metodológica ou mesmo se não existe qualquer filiação à EPC apesar do uso dos termos.

Tabela 1 - Artigos em os autores reivindicam a EPC


Fonte: autoria própria

Artigos que reivindicam a EPC	Frequência
Albornoz (2006), Aguiar (2013), Bolaño (2006, 2018), Bolaño & Brittos (2006, 2010), Braga, Aguiar & Bergamaschi (2014); Chagas (2016), Dib, Aguiar & Barreto (2010); Figueiredo (2018, 2019), Fonseca & Souza (2006) Grohmann (2016), Kischinhevsky (2010), Mattos (2014), Maurício (2018), Rocha et al (2011); Soares, Dourado e Teixeira (2017), Souza (2006), Teixeira et al (2017)	20 (52,63%)

A grande maioria dos trabalhos cujos autores expressam através de autorreconhecimento sua inserção dentro do paradigma teórico da EPC está de alguma forma inserida nessa perspectiva ainda que tenha problemas teóricos-metodológicos que são avaliados no decorrer deste texto. A Economia Política da Comunicação pode ser considerada um subcampo dentro do campo mais amplo da Comunicação a partir da interface entre a Economia Política e os Estudos de Comunicação. Peter Golding e Graham Murdock (1996, p. 11) lembram que a EPC originada da Crítica da Economia Política feita por Marx e Engels deve ser denominada de Economia Política Crítica da Comunicação e “o que a distingue [...] é precisamente seu foco na relação entre as dimensões simbólicas e econômicas das comunicações públicas”. Dessa forma, ainda segundo os autores, a EPC expõe como as diversas formas de financiamento e organização da produção simbólica possui consequências detectáveis no que concerne aos discursos e representações disponíveis às audiências e circulantes no espaço público.

Vale reforçar aqui o fato de a EPC, em sua versão crítica, ter como centro de suas preocupações a teoria do valor-trabalho uma vez que se trata da Crítica da Economia Política aplicada ao estudo dos fenômenos comunicacionais. A Economia Política Clássica está representada na obra de autores como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill (NETTO; BRAZ, 2012). Esses autores consideravam que apenas o trabalho produz valor e não que este é oriundo da terra, como defendiam os fisiocratas. Essa proposição refletia as disputas entre burgueses, capitalistas cujo lucro era advindo do trabalho, e os aristocratas, considerados uma classe parasitária e privilegiada que vivia de rendas originárias da posse de terra.

Entretanto, após a vitória das revoluções burguesas, a economia política clássica entra em crise devido a dois desdobramentos no interior da disciplina. O primeiro é o uso da teoria do valor-trabalho por teóricos ligados ao



proletariado como Marx e Engels, transformando-a em arma para crítica à burguesia. (NETTO; BRAZ, 2012). Por outro lado, o pensamento burguês passa a encarar a Economia Política Clássica e a teoria do valor-trabalho como não-científicas. A Economia Política burguesa paulatinamente, a partir da segunda metade do século XIX, perde espaço para a nova disciplina chamada Economia enquanto a teoria da utilidade marginal toma o lugar da teoria do valor-trabalho no pensamento econômico burguês. Por isso, o termo Economia Política passa a ser utilizado também para designar autores que adotam a Crítica da Economia Política elaborada inicialmente por Marx e Engels.

A EPC estaria atenta a relações de poder envolvidas na produção e no consumo de bens simbólicos, ou seja, questões pertinentes ao trabalho cultural, concentração de conglomerados midiáticos e hegemonia. Portanto, a Economia Política da Comunicação é diferente da chamada Economia da Mídia (*Media Economics*) de orientação neoclássica. Para Picard (1989, p. 7), por exemplo, a economia da mídia “está preocupada em como os operadores dos meios de comunicação preenchem os desejos e necessidades das audiências, anunciantes e sociedade com recursos disponíveis”.

Uma vez delimitado o conceito de Economia Política, analisaremos os casos problemáticos de quatro artigos entre os vinte em que os autores afirmam seguir algum tipo de Economia Política. O caso de Chagas (2016, p. 62) explicita uma confusão entre Economia Política e Neoclássica ao reivindicar a intenção de elaborar uma Economia Política do Jornalismo Popular que seria “aquela que entende que o tabloide é fruto do ponto de convergência entre a oferta e a demanda de informação no cenário contemporâneo”. Portanto, o trabalho de Chagas, segundo a definição do próprio autor, se aproxima das obras de autores neoclássicos e não possui relação com qualquer vertente da Economia Política.

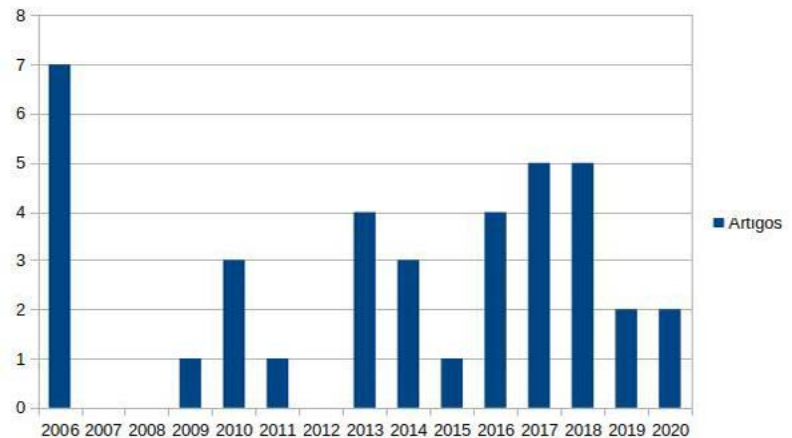
Já Aguiar (2013), Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014), Dib, Aguiar e Barreto (2010) pretendem estudar as mudanças no ensino do jornalismo e nas práticas profissionais a partir da EPC. Contudo, a única ligação com essa vertente teórica que os autores apresentam é seguir “os debates teóricos sobre determinados problemas para a Economia Política da Comunicação, especialmente os relacionados ao trabalho e formação profissional” (DIB; AGUIAR; BARRETO, 2010). Eles citam uma série de pesquisadores ligados ao marco teórico da EPC, entre eles Bolaño (2000), mas não há discussão ou aplicação de qualquer conceito defendido pelos autores citados. A mesma tática se repete em Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014). Em Aguiar (2013), o autor usa o conceito de EPC formulado por Mosco (2009), mas sem aplicar esse marco teórico de forma consistente ao tema proposto que é as disputas políticas em torno da formação específica em jornalismo. Um tema sem qualquer interesse na disputa entre capital e trabalho, tanto que nenhuma associação patronal é citada nas disputas tratadas no texto.

3. Periódicos e a Distribuição dos Trabalhos ao Longo dos Anos

Buscando compreender a evolução da pesquisa marxista em jornalismo nos periódicos nacionais, recolhemos dados sobre a distribuição das publicações que fazem parte do nosso corpus no decorrer dos anos analisados. A ideia é perceber a constância das publicações e a possibilidade de crescimento das pesquisas sobre jornalismo a partir do quadro teórico marxista.

Figura 1- Distribuição das Publicações por Ano

Fonte: autoria própria



As primeiras publicações entre os artigos que fazem parte do nosso corpus aconteceram em 2006. Todas as publicações encontradas nesse ano trazem como pano de fundo as mudanças causadas pela passagem do regime de acumulação fordista para o flexível (HARVEY, 2012) e a ascensão do ciberjornalismo seja na reordenação dos processos produtivos (BOLAÑO; BRITTOS, 2006; FONSECA, 2006; FONSECA; SOUZA, 2006), na organização de novos modelos de negócio aliada à organização do trabalho (SOUZA, 2006; BOLAÑO, 2006) ou refletindo sobre a dificuldade dos grandes conglomerados em encontrar um modelo de negócios rentável para o ciberjornalismo. Depois desse início promissor, há dois anos de hiato. A retomada dessas pesquisas se dá com Fonseca e Kuhn (2009) discutindo pela primeira vez o impacto dessas transformações laborais na identidade profissional do jornalista.

Em 2010, há os trabalhos de Bolaño e Brittos (2010), investigando o contra-agendamento de blogs progressistas nas eleições de 2006; de Dib, Aguiar e Barreto (2010), tratando da formação específica do jornalismo; e de Kischinhevsky (2010), trazendo a questão das consequências da convergência para o trabalho jornalístico no jornal O Globo. No ano seguinte, Rocha et al (2011) buscam usar o instrumental teórico da EPC para analisar como o jornalismo econômico praticado nos grandes conglomerados legitima as políticas econômicas neoliberais, seguido de novo hiato em 2012. A partir de 2013, há o que consideramos uma consolidação das pesquisas em jornalismo tanto pela quantidade de quatro artigos publicados quanto pelo começo de uma série de, pelo menos, um trabalho publicado por ano.

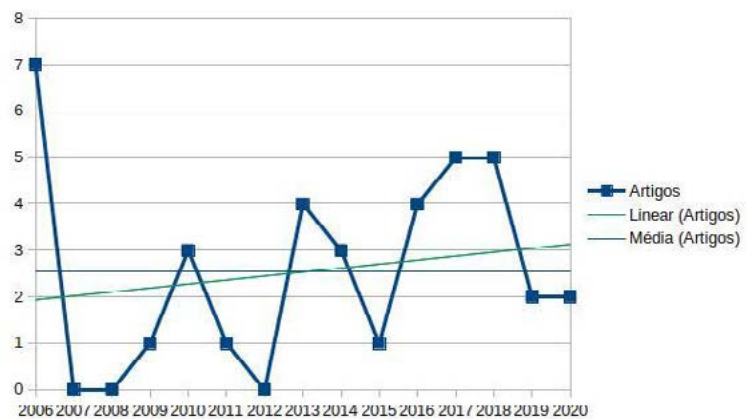
Os trabalhos de Grohmann (2013) e Silva (2013) retomam preocupações presentes em Bolaño e Brittos (2006) e Fonseca (2006), assim como Aguiar

(2013) e Figaro (2013) retomam questões teóricas sobre a identidade profissional dos jornalistas presentes em Fonseca e Kuhn (2009). O problema da identidade do jornalista ressurgiu em Oliveira e Grohmann (2016) devido à ascensão da ideologia do empreendedorismo entre jornalistas. O tema do empreendedorismo é revisitado por Figueiredo (2018), que aponta a apropriação emancipadora das TIC e o cooperativismo de plataforma como saídas possíveis para os trabalhadores das notícias. A partir de 2016, há também a retomada do trabalho de Adelmo Genro (1987) e a tentativa de recuperar a raiz marxista de seu trabalho tido como fundador de uma teoria que reconhece o jornalismo como forma de conhecimento enraizada na singularidade dos fatos (PONTES, 2016, 2017; SOUZA, 2016, 2017). Já Bolaño (2018) e Figueiredo (2019) buscam analisar o trabalho do jornalista a partir do problema da subsunção do trabalho jornalístico.

3.1. Distribuição Média, Crescimento e Periódicos

Figura 2 - Média e Tendência de Crescimento de Publicações

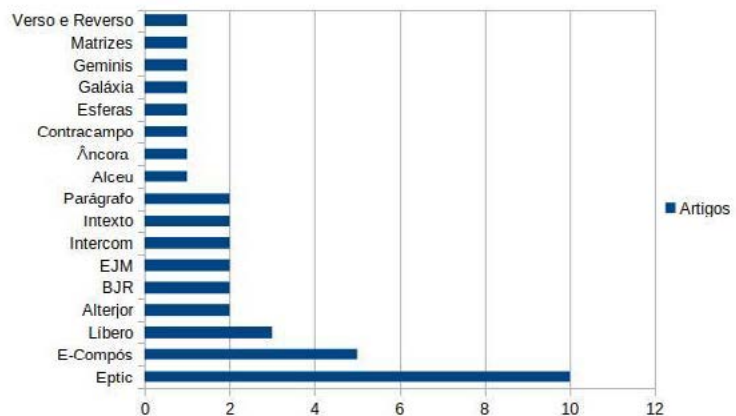
Fonte: autoria própria



A distribuição dos artigos por ano à primeira vista parece irregular, mas a linha verde do gráfico presente na Figura 2 aponta para uma tendência de crescimento na média do período em que verificamos a publicação dos artigos do nosso corpus. A média de publicação envolvendo as temáticas de jornalismo e EPC e/ou marxismo é 2,53 artigos por ano desde 2006.

Figura 3 - Distribuição de artigos por periódicos

Fonte: autoria própria



Nosso levantamento também engloba os periódicos em que os trabalhos foram publicados. Nesse caso, a Revista Eptic tem ampla liderança, com dez artigos publicados entre 2006 e 2020, seguida pela E-Compós, com cinco trabalhos publicados. A liderança da Revista Eptic não é surpresa, uma vez que é o único periódico no país voltada para a EPC. As revistas específicas sobre jornalismo como *Brazilian Journalism Research* (BJR) e Estudos em Jornalismo e Mídia (EJM) também parecem abertas a receber trabalhos que adotam o marxismo como perspectiva teórica com duas publicações cada.

4. Análise Temática

Após lermos e analisarmos todo material separamos o corpus em cinco temas: (1) “O trabalho do Jornalista”, categoria que engloba os artigos que tratam dos processos de trabalho dos jornalistas, suas transformações e suas consequências; (2) “Jornalistas e Identidades Laborais e Profissionais”, reunindo os textos que tratam das mudanças na identidade profissional dos jornalistas por conta da reestruturação capitalista engendrada a partir da década de 1970; (3) “Modelos de Negócios e Estruturas de Mercados”, categoria composta por trabalhos que analisam as estruturas de mercado dos produtos noticiosos e os efeitos de suas transformações no discurso público e no trabalho jornalístico; (4) Marxismo e Jornalismo, agrupando trabalhos que não pertencem à EPC, mas usam conceitos como práxis, ideologia, hegemonia etc., e (5) Coberturas específicas ou temáticas, artigos que buscam explicar a cobertura sobre determinado assunto ou tema a partir das contradições do trabalho do jornalista e/ou da estrutura de mercado monopolizada. Na tabela 2, os artigos que compõem o corpus estão organizados segundo sua categoria temática assim como a frequência do aparecimento de cada tema.

Tabela 2 - Distribuição dos artigos por temas

Fonte: autoria própria

Tema	Frequência	Artigos
O trabalho do Jornalista	14 (36,8%)	Bolaño (2018), Bolaño e Brittos (2006), Figaro (2014), Figaro e Marques (2020), Figueiredo (2019), Fonseca (2006, 2016), Fonseca e Souza (2006), Grohmann (2013, 2016), Kischinhevsky (2010), Silva (2013), Souza (2017, 2017a)
Jornalistas e Identidades Laborais e Profissionais	8 (21,1%)	Aguiar (2013), Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014), Dib, Aguiar e Barreto (2010), Figaro (2013), Figueiredo (2018), Fonseca e Kuhn (2009), Lelo (2018), Oliveira e Grohmann (2016),
Modelos de Negócios e Estrutura de Mercado	7 (18,4 %)	Albornoz (2006), Bolaño (2006), Chagas (2016), Mattos (2014), Maurício (2018), Soares, Dourado e Teixeira (2017), Souza (2006)
Marxismo e Jornalismo	6 (15,8%)	Hausser (2019), Pontes (2016, 2017), Rodrigues (2018), Sarmento e Souza (2019), Souza (2016)
Coberturas específicas ou temáticas	3 (7,9 %)	Bolaño (2010), Rocha et al (2011) e Teixeira et al (2017)

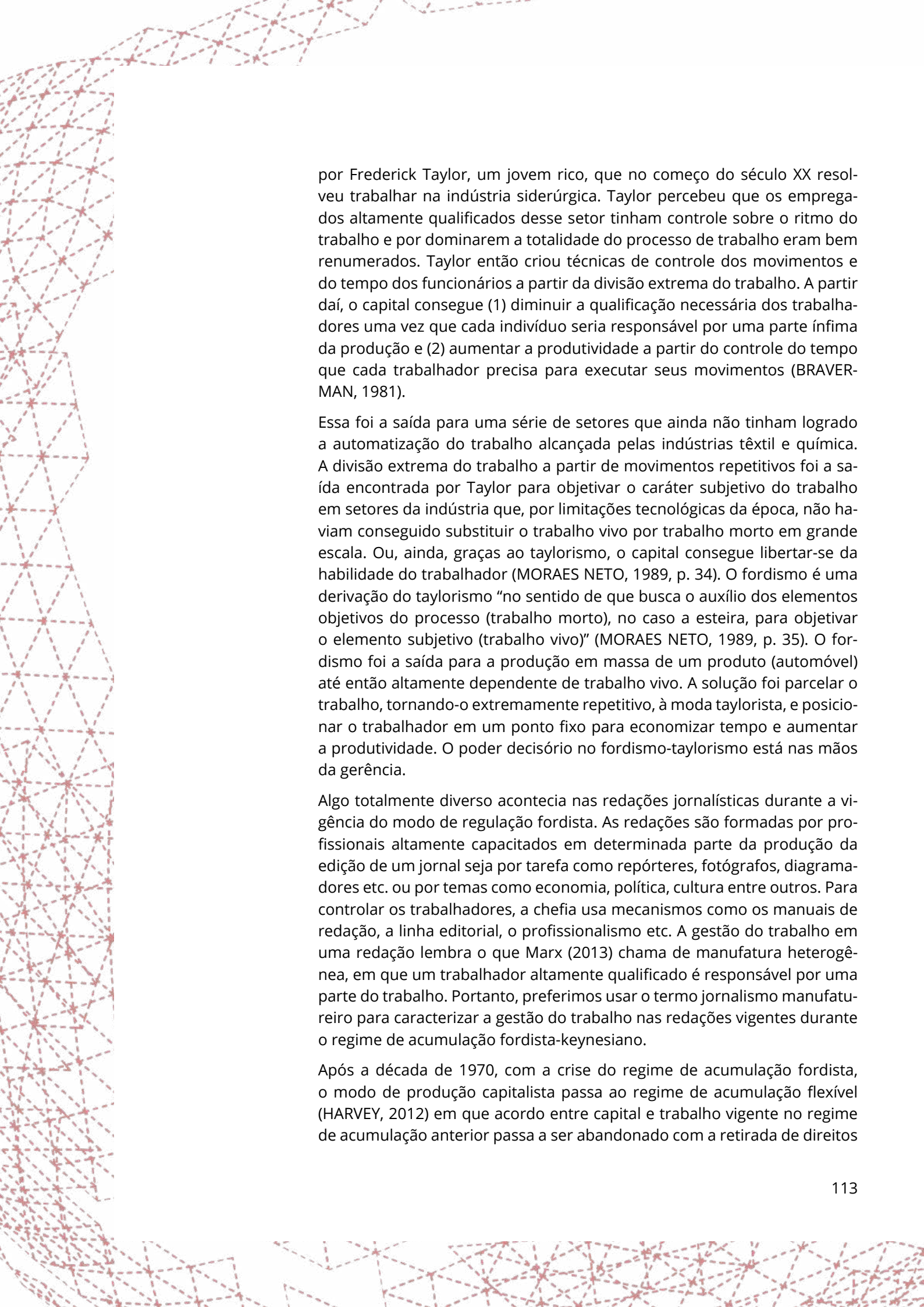
4.1 O Trabalho do Jornalista

A grande quantidade de trabalhos encontrado no grupo temático “O trabalho do Jornalista” pode ser creditada, de forma mais direta que nos outros grupos, às transformações ocorridas nas redações a partir da informatização das redações e da popularização da Internet, consequências da reestruturação capitalista ocorrida na década de 1970 e do que Bolaño (2002) chama de Terceira Revolução Industrial, que levou à codificação de várias profissões e tarefas, diminuindo as barreiras para a subsunção do trabalho intelectual. Entretanto, grande parte desses artigos sofre um erro de caracterização do trabalho jornalístico que localizamos na obra seminal de Fonseca (2008) e que, pela influência deste trabalho, pode ser encontrado nos trabalhos de Kischinhevsky (2010), Souza (2017a), os próprios artigos de Fonseca (2006, 2016) e Fonseca e Souza (2006). O mesmo equívoco está presente em Grohmann (2013) e Grohmann (2016), em que o autor faz uma comparação entre pós-fordismo e taylorismo baseada em Fuchs (2013) que não encontra aplicação no jornalismo. Há uma clara confusão entre regime de acumulação fordista e gestão de trabalho fordista causada, como lembra Moraes Neto (1989), pela homenagem que os teóricos da Escola da Regulação francesa prestam ao texto *Americanismo e Fordismo*, de Antônio Gramsci (2008).

Para Lipietz (1988, p. 30), “o regime de acumulação descreve a estabilização a longo prazo da destinação do produto entre o produto e a acumulação, o que implica uma correspondência entre a transformação das condições de reprodução do trabalho assalariado”. O funcionamento do regime de acumulação necessita de uma coerência interna que obriga os agentes individuais a se enquadrarem docilmente às necessidades do capital. Logo, é necessário que o regime de acumulação ganhe vida no cotidiano através de “normas, costumes, leis, mecanismos reguladores que assegurem, através da rotina do comportamento dos agentes em luta uns contra os outros [...], a unidade do processo, o respeito aproximativo do esquema de reprodução” (LIPIETZ, 1988, p. 30).

A conjunção de regras interiorizadas e comportamentos individuais é o que os regulacionistas chamam de modo de regulação. O Fordismo foi um regime de acumulação surgido da necessidade de superar a crise de 1929 e recuperar as economias capitalistas centrais no pós-guerra. O regime de acumulação fordista foi baseado em um acordo entre capital e trabalho mediado pelo Estado. Esse acordo garantiu uma série de direitos e aumentos salariais consecutivos aos trabalhadores. Além disso, o Estado assumiu o papel de fornecer serviços públicos como educação, saúde e previdência financiados por impostos de tributação progressiva além de atuar diretamente na economia através de empresas públicas, fruto de políticas econômicas de matriz keynesiana.

Já o fordismo enquanto gestão do trabalho é uma evolução do taylorismo. O taylorismo é baseado no controle dos movimentos e foi desenvolvido

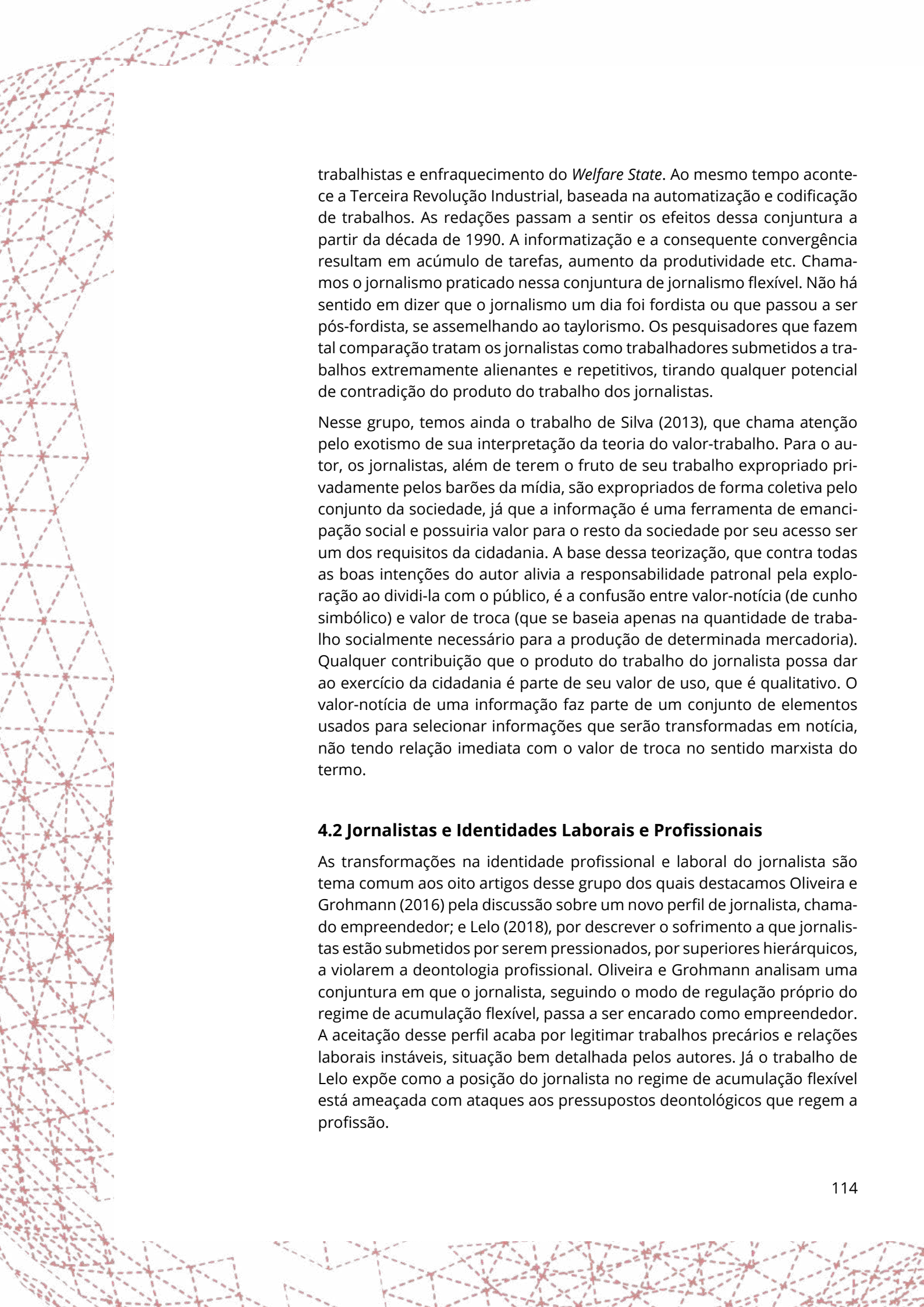


por Frederick Taylor, um jovem rico, que no começo do século XX resolveu trabalhar na indústria siderúrgica. Taylor percebeu que os empregados altamente qualificados desse setor tinham controle sobre o ritmo do trabalho e por dominarem a totalidade do processo de trabalho eram bem remunerados. Taylor então criou técnicas de controle dos movimentos e do tempo dos funcionários a partir da divisão extrema do trabalho. A partir daí, o capital consegue (1) diminuir a qualificação necessária dos trabalhadores uma vez que cada indivíduo seria responsável por uma parte ínfima da produção e (2) aumentar a produtividade a partir do controle do tempo que cada trabalhador precisa para executar seus movimentos (BRAVERMAN, 1981).

Essa foi a saída para uma série de setores que ainda não tinham logrado a automatização do trabalho alcançada pelas indústrias têxtil e química. A divisão extrema do trabalho a partir de movimentos repetitivos foi a saída encontrada por Taylor para objetivar o caráter subjetivo do trabalho em setores da indústria que, por limitações tecnológicas da época, não haviam conseguido substituir o trabalho vivo por trabalho morto em grande escala. Ou, ainda, graças ao taylorismo, o capital consegue libertar-se da habilidade do trabalhador (MORAES NETO, 1989, p. 34). O fordismo é uma derivação do taylorismo “no sentido de que busca o auxílio dos elementos objetivos do processo (trabalho morto), no caso a esteira, para objetivar o elemento subjetivo (trabalho vivo)” (MORAES NETO, 1989, p. 35). O fordismo foi a saída para a produção em massa de um produto (automóvel) até então altamente dependente de trabalho vivo. A solução foi parcelar o trabalho, tornando-o extremamente repetitivo, à moda taylorista, e posicionar o trabalhador em um ponto fixo para economizar tempo e aumentar a produtividade. O poder decisório no fordismo-taylorismo está nas mãos da gerência.

Algo totalmente diverso acontecia nas redações jornalísticas durante a vigência do modo de regulação fordista. As redações são formadas por profissionais altamente capacitados em determinada parte da produção da edição de um jornal seja por tarefa como repórteres, fotógrafos, diagramadores etc. ou por temas como economia, política, cultura entre outros. Para controlar os trabalhadores, a chefia usa mecanismos como os manuais de redação, a linha editorial, o profissionalismo etc. A gestão do trabalho em uma redação lembra o que Marx (2013) chama de manufatura heterogênea, em que um trabalhador altamente qualificado é responsável por uma parte do trabalho. Portanto, preferimos usar o termo jornalismo manufatureiro para caracterizar a gestão do trabalho nas redações vigentes durante o regime de acumulação fordista-keynesiano.

Após a década de 1970, com a crise do regime de acumulação fordista, o modo de produção capitalista passa ao regime de acumulação flexível (HARVEY, 2012) em que acordo entre capital e trabalho vigente no regime de acumulação anterior passa a ser abandonado com a retirada de direitos

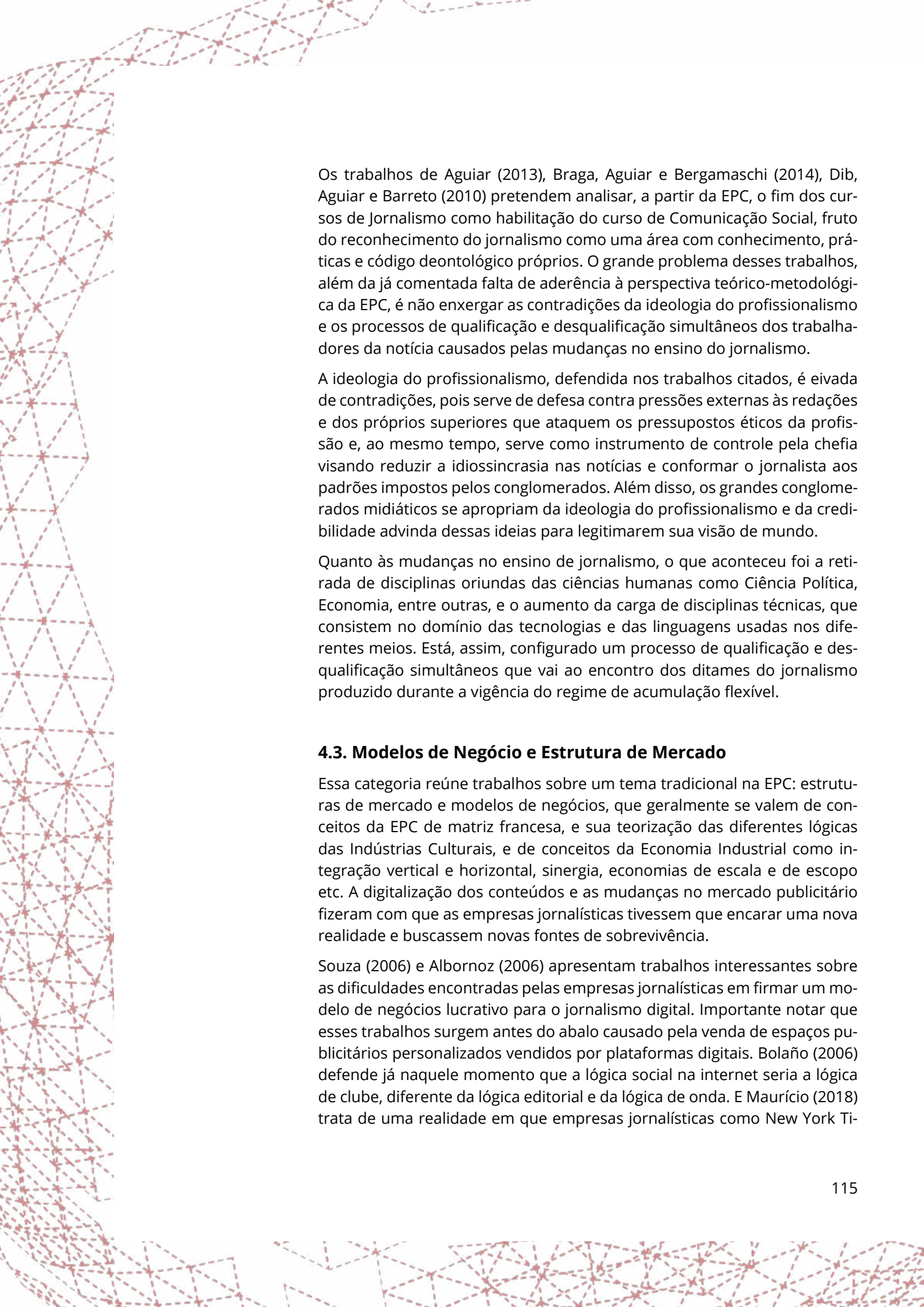


trabalhistas e enfraquecimento do *Welfare State*. Ao mesmo tempo acontece a Terceira Revolução Industrial, baseada na automatização e codificação de trabalhos. As redações passam a sentir os efeitos dessa conjuntura a partir da década de 1990. A informatização e a conseqüente convergência resultam em acúmulo de tarefas, aumento da produtividade etc. Chamamos o jornalismo praticado nessa conjuntura de jornalismo flexível. Não há sentido em dizer que o jornalismo um dia foi fordista ou que passou a ser pós-fordista, se assemelhando ao taylorismo. Os pesquisadores que fazem tal comparação tratam os jornalistas como trabalhadores submetidos a trabalhos extremamente alienantes e repetitivos, tirando qualquer potencial de contradição do produto do trabalho dos jornalistas.

Nesse grupo, temos ainda o trabalho de Silva (2013), que chama atenção pelo exotismo de sua interpretação da teoria do valor-trabalho. Para o autor, os jornalistas, além de terem o fruto de seu trabalho expropriado privadamente pelos barões da mídia, são expropriados de forma coletiva pelo conjunto da sociedade, já que a informação é uma ferramenta de emancipação social e possuiria valor para o resto da sociedade por seu acesso ser um dos requisitos da cidadania. A base dessa teorização, que contra todas as boas intenções do autor alivia a responsabilidade patronal pela exploração ao dividi-la com o público, é a confusão entre valor-notícia (de cunho simbólico) e valor de troca (que se baseia apenas na quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de determinada mercadoria). Qualquer contribuição que o produto do trabalho do jornalista possa dar ao exercício da cidadania é parte de seu valor de uso, que é qualitativo. O valor-notícia de uma informação faz parte de um conjunto de elementos usados para selecionar informações que serão transformadas em notícia, não tendo relação imediata com o valor de troca no sentido marxista do termo.

4.2 Jornalistas e Identidades Laborais e Profissionais

As transformações na identidade profissional e laboral do jornalista são tema comum aos oito artigos desse grupo dos quais destacamos Oliveira e Grohmann (2016) pela discussão sobre um novo perfil de jornalista, chamado empreendedor; e Lelo (2018), por descrever o sofrimento a que jornalistas estão submetidos por serem pressionados, por superiores hierárquicos, a violarem a deontologia profissional. Oliveira e Grohmann analisam uma conjuntura em que o jornalista, seguindo o modo de regulação próprio do regime de acumulação flexível, passa a ser encarado como empreendedor. A aceitação desse perfil acaba por legitimar trabalhos precários e relações laborais instáveis, situação bem detalhada pelos autores. Já o trabalho de Lelo expõe como a posição do jornalista no regime de acumulação flexível está ameaçada com ataques aos pressupostos deontológicos que regem a profissão.



Os trabalhos de Aguiar (2013), Braga, Aguiar e Bergamaschi (2014), Dib, Aguiar e Barreto (2010) pretendem analisar, a partir da EPC, o fim dos cursos de Jornalismo como habilitação do curso de Comunicação Social, fruto do reconhecimento do jornalismo como uma área com conhecimento, práticas e código deontológico próprios. O grande problema desses trabalhos, além da já comentada falta de aderência à perspectiva teórico-metodológica da EPC, é não enxergar as contradições da ideologia do profissionalismo e os processos de qualificação e desqualificação simultâneos dos trabalhadores da notícia causados pelas mudanças no ensino do jornalismo.

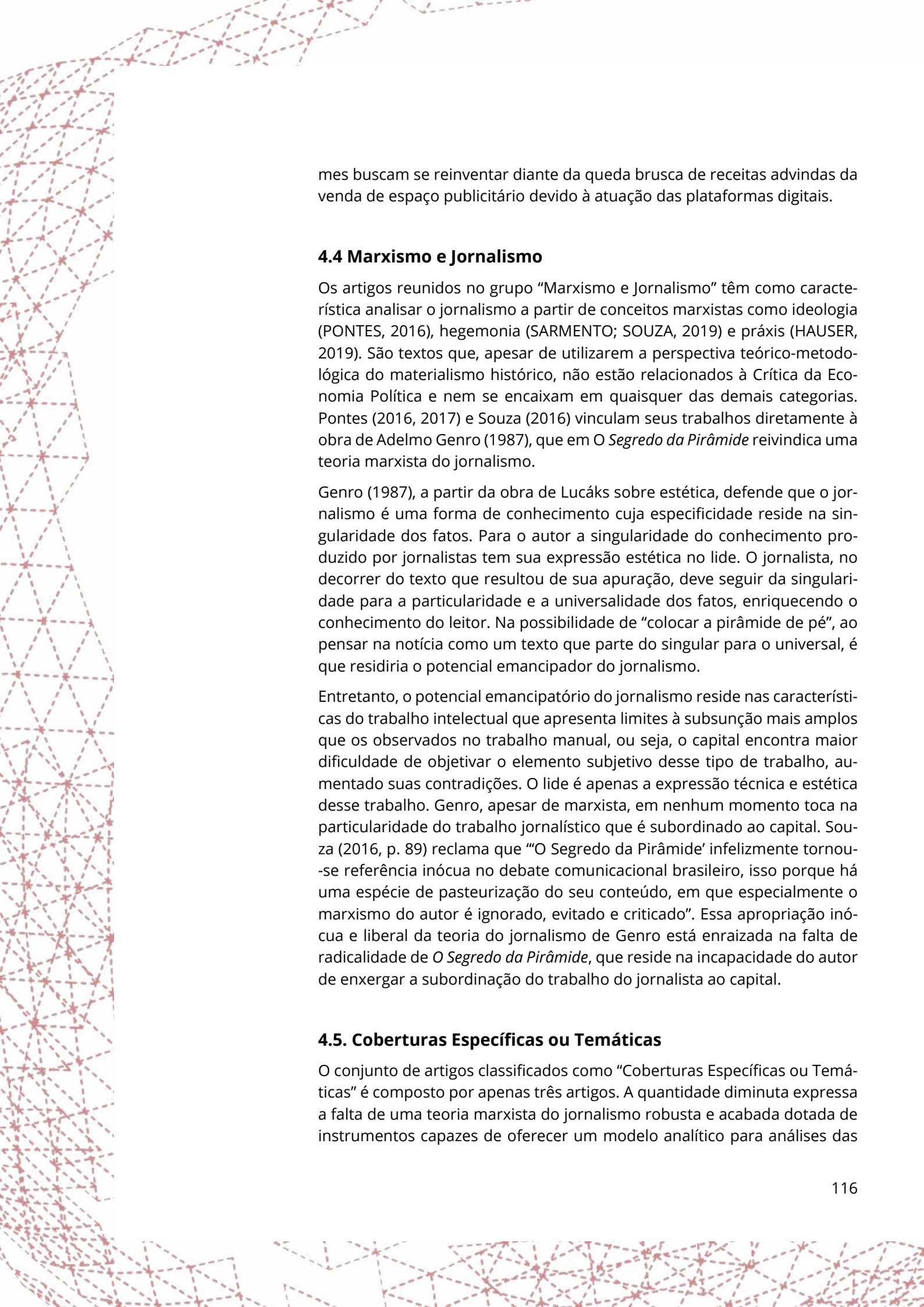
A ideologia do profissionalismo, defendida nos trabalhos citados, é eivada de contradições, pois serve de defesa contra pressões externas às redações e dos próprios superiores que ataquem os pressupostos éticos da profissão e, ao mesmo tempo, serve como instrumento de controle pela chefia visando reduzir a idiossincrasia nas notícias e conformar o jornalista aos padrões impostos pelos conglomerados. Além disso, os grandes conglomerados midiáticos se apropriam da ideologia do profissionalismo e da credibilidade advinda dessas ideias para legitimarem sua visão de mundo.

Quanto às mudanças no ensino de jornalismo, o que aconteceu foi a retirada de disciplinas oriundas das ciências humanas como Ciência Política, Economia, entre outras, e o aumento da carga de disciplinas técnicas, que consistem no domínio das tecnologias e das linguagens usadas nos diferentes meios. Está, assim, configurado um processo de qualificação e desqualificação simultâneos que vai ao encontro dos ditames do jornalismo produzido durante a vigência do regime de acumulação flexível.

4.3. Modelos de Negócio e Estrutura de Mercado

Essa categoria reúne trabalhos sobre um tema tradicional na EPC: estruturas de mercado e modelos de negócios, que geralmente se valem de conceitos da EPC de matriz francesa, e sua teorização das diferentes lógicas das Indústrias Culturais, e de conceitos da Economia Industrial como integração vertical e horizontal, sinergia, economias de escala e de escopo etc. A digitalização dos conteúdos e as mudanças no mercado publicitário fizeram com que as empresas jornalísticas tivessem que encarar uma nova realidade e buscassem novas fontes de sobrevivência.

Souza (2006) e Albornoz (2006) apresentam trabalhos interessantes sobre as dificuldades encontradas pelas empresas jornalísticas em firmar um modelo de negócios lucrativo para o jornalismo digital. Importante notar que esses trabalhos surgem antes do abalo causado pela venda de espaços publicitários personalizados vendidos por plataformas digitais. Bolaño (2006) defende já naquele momento que a lógica social na internet seria a lógica de clube, diferente da lógica editorial e da lógica de onda. E Maurício (2018) trata de uma realidade em que empresas jornalísticas como New York Ti-



mes buscam se reinventar diante da queda brusca de receitas advindas da venda de espaço publicitário devido à atuação das plataformas digitais.

4.4 Marxismo e Jornalismo

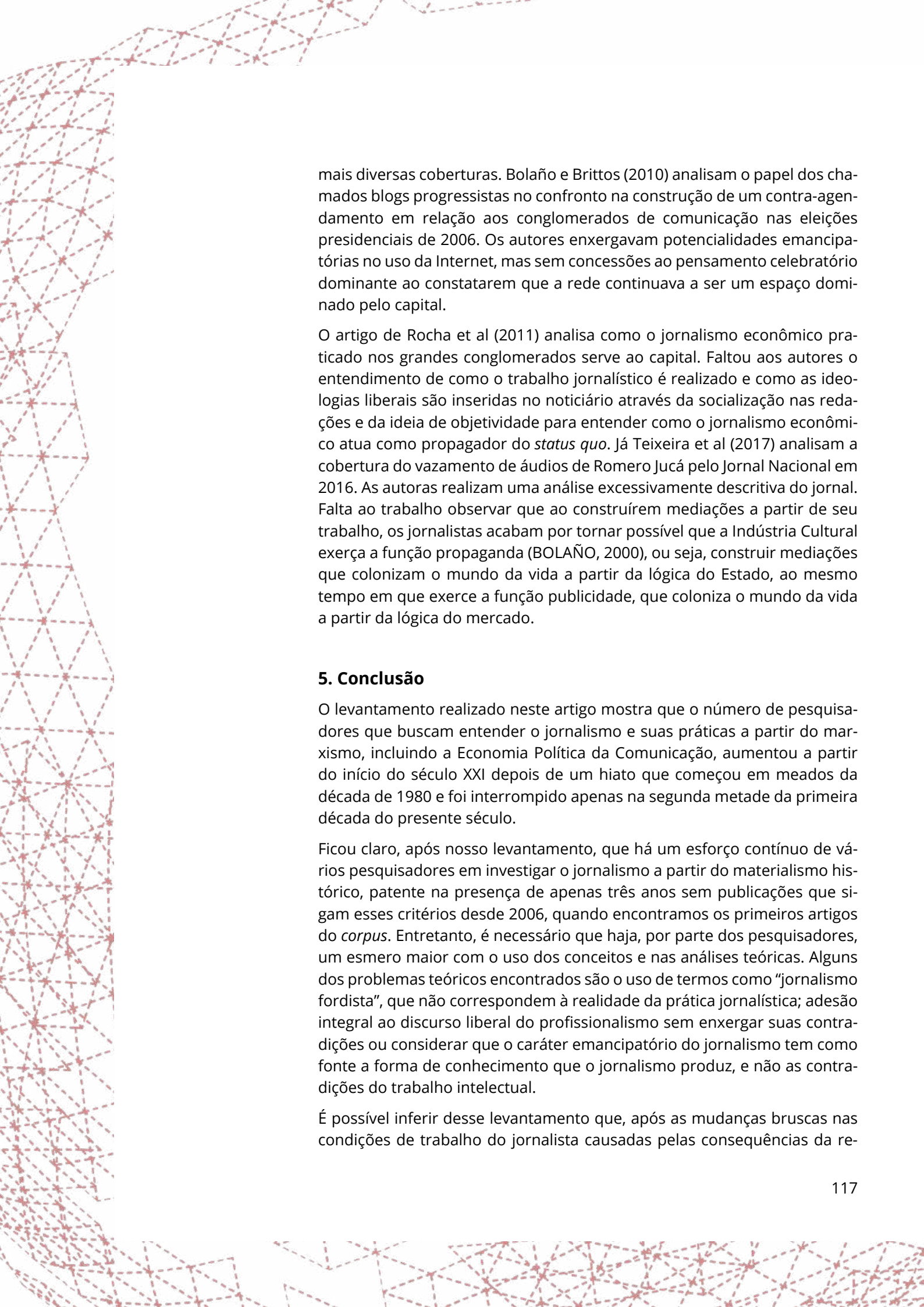
Os artigos reunidos no grupo “Marxismo e Jornalismo” têm como característica analisar o jornalismo a partir de conceitos marxistas como ideologia (PONTES, 2016), hegemonia (SARMENTO; SOUZA, 2019) e práxis (HAUSER, 2019). São textos que, apesar de utilizarem a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico, não estão relacionados à Crítica da Economia Política e nem se encaixam em quaisquer das demais categorias. Pontes (2016, 2017) e Souza (2016) vinculam seus trabalhos diretamente à obra de Adelmo Genro (1987), que em *O Segredo da Pirâmide* reivindica uma teoria marxista do jornalismo.

Genro (1987), a partir da obra de Lucács sobre estética, defende que o jornalismo é uma forma de conhecimento cuja especificidade reside na singularidade dos fatos. Para o autor a singularidade do conhecimento produzido por jornalistas tem sua expressão estética no lide. O jornalista, no decorrer do texto que resultou de sua apuração, deve seguir da singularidade para a particularidade e a universalidade dos fatos, enriquecendo o conhecimento do leitor. Na possibilidade de “colocar a pirâmide de pé”, ao pensar na notícia como um texto que parte do singular para o universal, é que residiria o potencial emancipador do jornalismo.

Entretanto, o potencial emancipatório do jornalismo reside nas características do trabalho intelectual que apresenta limites à subsunção mais amplos que os observados no trabalho manual, ou seja, o capital encontra maior dificuldade de objetivar o elemento subjetivo desse tipo de trabalho, aumentando suas contradições. O lide é apenas a expressão técnica e estética desse trabalho. Genro, apesar de marxista, em nenhum momento toca na particularidade do trabalho jornalístico que é subordinado ao capital. Souza (2016, p. 89) reclama que “‘O Segredo da Pirâmide’ infelizmente tornou-se referência inócua no debate comunicacional brasileiro, isso porque há uma espécie de pasteurização do seu conteúdo, em que especialmente o marxismo do autor é ignorado, evitado e criticado”. Essa apropriação inócua e liberal da teoria do jornalismo de Genro está enraizada na falta de radicalidade de *O Segredo da Pirâmide*, que reside na incapacidade do autor de enxergar a subordinação do trabalho do jornalista ao capital.

4.5. Coberturas Específicas ou Temáticas

O conjunto de artigos classificados como “Coberturas Específicas ou Temáticas” é composto por apenas três artigos. A quantidade diminuta expressa a falta de uma teoria marxista do jornalismo robusta e acabada dotada de instrumentos capazes de oferecer um modelo analítico para análises das



mais diversas coberturas. Bolaño e Brittos (2010) analisam o papel dos chamados blogs progressistas no confronto na construção de um contra-agendamento em relação aos conglomerados de comunicação nas eleições presidenciais de 2006. Os autores enxergavam potencialidades emancipatórias no uso da Internet, mas sem concessões ao pensamento celebratório dominante ao constatarem que a rede continuava a ser um espaço dominado pelo capital.

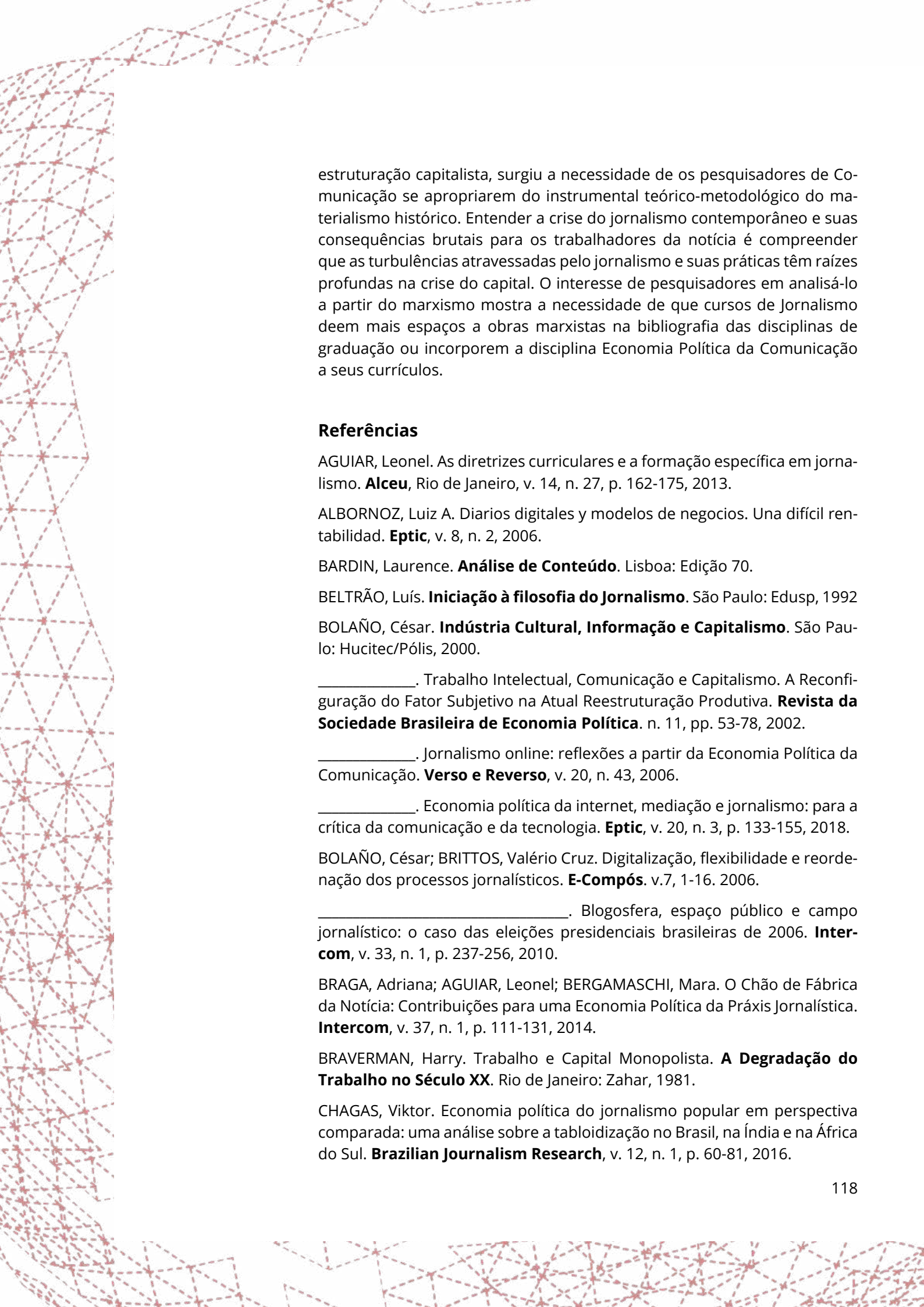
O artigo de Rocha et al (2011) analisa como o jornalismo econômico praticado nos grandes conglomerados serve ao capital. Faltou aos autores o entendimento de como o trabalho jornalístico é realizado e como as ideologias liberais são inseridas no noticiário através da socialização nas redações e da ideia de objetividade para entender como o jornalismo econômico atua como propagador do *status quo*. Já Teixeira et al (2017) analisam a cobertura do vazamento de áudios de Romero Jucá pelo Jornal Nacional em 2016. As autoras realizam uma análise excessivamente descritiva do jornal. Falta ao trabalho observar que ao construírem mediações a partir de seu trabalho, os jornalistas acabam por tornar possível que a Indústria Cultural exerça a função propaganda (BOLAÑO, 2000), ou seja, construir mediações que colonizam o mundo da vida a partir da lógica do Estado, ao mesmo tempo em que exerce a função publicidade, que coloniza o mundo da vida a partir da lógica do mercado.

5. Conclusão

O levantamento realizado neste artigo mostra que o número de pesquisadores que buscam entender o jornalismo e suas práticas a partir do marxismo, incluindo a Economia Política da Comunicação, aumentou a partir do início do século XXI depois de um hiato que começou em meados da década de 1980 e foi interrompido apenas na segunda metade da primeira década do presente século.

Ficou claro, após nosso levantamento, que há um esforço contínuo de vários pesquisadores em investigar o jornalismo a partir do materialismo histórico, patente na presença de apenas três anos sem publicações que sigam esses critérios desde 2006, quando encontramos os primeiros artigos do *corpus*. Entretanto, é necessário que haja, por parte dos pesquisadores, um esmero maior com o uso dos conceitos e nas análises teóricas. Alguns dos problemas teóricos encontrados são o uso de termos como “jornalismo fordista”, que não correspondem à realidade da prática jornalística; adesão integral ao discurso liberal do profissionalismo sem enxergar suas contradições ou considerar que o caráter emancipatório do jornalismo tem como fonte a forma de conhecimento que o jornalismo produz, e não as contradições do trabalho intelectual.

É possível inferir desse levantamento que, após as mudanças bruscas nas condições de trabalho do jornalista causadas pelas consequências da re-



estruturação capitalista, surgiu a necessidade de os pesquisadores de Comunicação se apropriarem do instrumental teórico-metodológico do materialismo histórico. Entender a crise do jornalismo contemporâneo e suas consequências brutais para os trabalhadores da notícia é compreender que as turbulências atravessadas pelo jornalismo e suas práticas têm raízes profundas na crise do capital. O interesse de pesquisadores em analisá-lo a partir do marxismo mostra a necessidade de que cursos de Jornalismo deem mais espaços a obras marxistas na bibliografia das disciplinas de graduação ou incorporem a disciplina Economia Política da Comunicação a seus currículos.

Referências

AGUIAR, Leonel. As diretrizes curriculares e a formação específica em jornalismo. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 162-175, 2013.

ALBORNOZ, Luiz A. Diarios digitales y modelos de negocios. Una difícil rentabilidad. **Eptic**, v. 8, n. 2, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70.

BELTRÃO, Luís. **Iniciação à filosofia do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

_____. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A Reconfiguração do Fator Subjetivo na Atual Reestruturação Produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. n. 11, pp. 53-78, 2002.

_____. Jornalismo online: reflexões a partir da Economia Política da Comunicação. **Verso e Reverso**, v. 20, n. 43, 2006.

_____. Economia política da internet, mediação e jornalismo: para a crítica da comunicação e da tecnologia. **Eptic**, v. 20, n. 3, p. 133-155, 2018.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. Digitalização, flexibilidade e reordenação dos processos jornalísticos. **E-Compós**. v.7, 1-16. 2006.

_____. Blogosfera, espaço público e campo jornalístico: o caso das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Intercom**, v. 33, n. 1, p. 237-256, 2010.

BRAGA, Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O Chão de Fábrica da Notícia: Contribuições para uma Economia Política da Práxis Jornalística. **Intercom**, v. 37, n. 1, p. 111-131, 2014.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. **A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CHAGAS, Viktor. Economia política do jornalismo popular em perspectiva comparada: uma análise sobre a tabloidização no Brasil, na Índia e na África do Sul. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, n. 1, p. 60-81, 2016.

DIB, Sandra Korman; DE AGUIAR, Leonel Azevedo; BARRETO, Ivana. Economia Política das cartografias profissionais: a formação específica para o jornalismo. **Eptic**, v. 12, n. 2, 1-17, 2010.

FIGARO, Roseli. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **E-compós**, v.16, n.1, 1-18, 2013.

_____. Jornalismo e Trabalho de Jornalistas: desafios para as novas gerações no século XXI. **Parágrafo**, v. 2, n. 2, p. 23-37, 2014.

FIGARO, Roseli; MARQUES, Ana Flávia. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo. **Contra-campo**, v. 39, n. 1, 101-115, 2020.

FIGUEIREDO, Carlos. Para além do Empreendedorismo e da Precarização: Apropriação das Tecnologias por Jornalistas para a Produção de um Jornalismo Emancipatório. **Líbero.**, v. 21, n. 41, p. 88-99, 2018.

_____. Jornalismo e economia política da comunicação: elementos para a construção de uma teoria crítica do jornalismo. **Âncora**. v.6, n.1, p.12-28, 2019.

FIGUEIREDO, Carlos; BOLAÑO, César. Do Profissional ao Trabalhador: A Identidade do Jornalista nas Teorias Brasileiras. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 16, São Paulo, 2018. **Anais**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1511/931>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

FONSECA, Virginia Pradelina Silveira da. O declínio da notícia no jornalismo pós-fordista dos conglomerados multimídia. **E-Compós**, v7, 1-26, 2006.

_____. **Indústria de Notícias: Capitalismo e Novas Tecnologias no Jornalismo Contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Capitalismo e novas tecnologias na indústria de notícias. **Líbero**, n. 18, p. 49-61, 2016.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley Lopes. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**, n. 21, p. 57-69, 2009.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira; SOUZA, Paulo Henrique Rodrigues de. O pós-fordismo na produção jornalística. **Intexto**, n. 15, p. 105-123, 2006.

FUCHS, Christian. Class and Exploitation on the Internet. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Digital Labor: the internet as playground and factory**. New York: Routledge, p. 211-224, 2013.

GENRO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham. Culture, Political Economy and Com-

munications. In: CURRAN, James. **Mass Media and Society**. London: Arnold, 2000. p. 12-30.

GRAMSCI, Antônio. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GROHMANN, Rafael. O trabalho dos jornalistas como sintoma da lógica dos conglomerados. **Alterjor**, v. 2, n. 8, 101-115, 2013.

_____. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: dimensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 1, p. 6-18, 2016.

HAUSER, Vanessa. **Jornalismo e Práxis**. Parágrafo, v. 6, n. 2, p. 11, 2019.

HARDY, Jonathan. Political Economy of News. In: VOS, Tim P. et al. (eds) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons 2019. p. 1-8.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. O discurso da convergência inevitável: a construção do jornalista multitarefa nas páginas de O Globo. **Eptic**, v. 12, n. 3, 2010.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres**. Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel, 1988.

LELO, Thales Vilela. O sofrimento ético no mundo do trabalho dos jornalistas. **E-Compós**. v. 23, p. 1-20, 2018.

LÖFFELHOLZ, Martin; ROTHENBERGER, Liane. Continuum Eclético, Disciplina Distinta ou Subdomínio dos Estudos De Comunicação? Considerações Teóricas e Conclusões Empíricas a Respeito da Disciplinaridade, Multidisciplinaridade e Transdisciplinaridade dos Estudos de Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 1, p. 7-31, 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: Jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARX, Karl. **O Capital. Livro 1**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Sérgio Augusto Soares. Dilemas do Jornalismo impresso na busca de um novo modelo de negócio. **Eptic**, v. 16, n. 1, p. 19-32, 2014.

MAURICIO, Patrícia. Crise no modelo de negócios do jornalismo: os casos da Infoglobo e The New York Times. **Eptic**, v. 20, n. 3, p. 41-58, 2018.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford**: As Forças Produtivas em Discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication**. 2.ed. London: Sage, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma Introdução Crítica. São Paulo Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de; GROHMANN, Rafael. O jornalista empreende-

dor: uma reflexão inicial sobre jornalismo, flexibilização do trabalho e os sentidos do empreendedorismo no campo profissional. **Líbero**, n. 35, p. 123-132, 2016.

PICARD, Robert G. **Media economics: Concepts and issues**. London: Sage, 1989.

PONTES, Felipe Simão. O conceito de ideologia na teoria do jornalismo de Adelmo Genro Filho. **Galáxia**, n. 32, p. 151-162, ago. 2016.

_____. Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 anos de O Segredo da Pirâmide. **Brazilian Journalism Research**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 164-181, 2017.

ROCHA, Bruno Lima et al. O jornalismo econômico como porta-voz do capital financeiro. **Eptic**, v. 13, n. 1, 2011.

RODRIGUES, Theofilo Machado. A liberdade de imprensa como objeto da teoria política no século XIX: Marx, Tocqueville e Stuart Mill. **Eptic**, v. 20, n. 1, p. 176-188, 2018.

SARMENTO, Priscila Bueker; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. O jornalismo popular alternativo do Século Diário. **Alterjor**, v. 19, n. 1, p. 237-250, 2019.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo e pós-jornalismo, trabalho e sobretrabalho. **Esferas**, n. 2, 2013.

SOARES, Denise Freitas de Deus; DOURADO, Jacqueline Lima; TEIXEIRA, Juliana Fernandes. Reconfiguração do mercado do telejornalismo brasileiro: reflexões a partir das mudanças técnico-estéticas do jornal nacional. **GEMINIS**, v. 8, n. 1, p. 151-168, 2017.

SOUZA, Danielle Azevedo. A internet como suporte jornalístico em Aracaju: Adaptação dos jornais impressos à nova realidade tecnológica e econômica da mídia. **Eptic**, v. 8, n. 2, 1-22, 2006.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Por uma práxis noticiosa realista: da estética de Lukács ao jornalismo crítico-emancipatório de Genro Filho. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 13, n. 2, p. 88-97, 2016.

_____. Ontologia do jornalismo: trabalho do conhecimento e práxis noticiosa em tempos de crise. **E-Compós**. v. 20, n. 3, 2017.

_____. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **Matrizes**, v. 11, n. 3, p. 129-149, 2017a.

TEIXEIRA, Juliana Fernandes et al. Espetacularização do vazamento de áudios pelo telejornalismo brasileiro: estratégias adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado. **Eptic**, v. 19, n. 2, p. 109-121, 2017.